



Um estudo de caso sobre a relação entre a conservação dos sítios arqueológicos e o processo colonizatório.

Rafael Corteletti*

Resumo: O texto aborda historicamente a diferença entre os traços econômicos e culturais das colonizações de origem lusitana e de origem italiana e as consequências de cada uma no que tange às alterações na paisagem e à conservação dos sítios arqueológicos na região de Caxias do Sul, no nordeste do Rio Grande do Sul. Essas interpretações e constatações passaram pela criação de um quadro analítico com diferentes tipos de Danos Antrópicos (DA) a que os sítios foram ou são submetidos. Esse quadro tem como finalidade, estipular três diferentes graus de conservação dos assentamentos: Sítio Preservado (SP), Sítio Alterado (SA) e Sítio Destruído (SD).

Palavras-chave: Conservação do Patrimônio. Processo Colonizatório. Patrimônio Arqueológico.

Abstract: This paper present economic and cultural differences between Lusitanian and Italian colonization in Caxias do Sul region, Rio Grande do Sul State, Brazil. The consequences of each one about the preservation of archaeological sites, and about the changes in the landscape is the subject of this study. The interpretation of this data carrying out the creation of an analytical framework defining different types of Anthropogenic Damage (DA) that these sites have been or are still subjected. This framework aims to provide three different degrees of protection of settlements: Preserved Site (SP), Amended Site (SA) and Destroyed Site (SD).

Keywords: Heritage Conservation. Colonization Process. Archaeological Heritage.

Introdução

Enquanto era realizado o mapeamento da pesquisa de mestrado (Corteletti, 2006) constatou-se que áreas geográficas colonizadas por um determinado grupo de origem europeia continham mais sítios arqueológicos preservados do que outras, colonizadas por outra etnia europeia.

* Graduação em História - Licenciatura Plena - UFSM, 1997; Mestrado em História Latino Americana - UNISINOS, 2007 e Doutorado em Arqueologia - USP, 2012. Atualmente *Visiting Scholar* no *Department of Archaeology* da *University of Exeter*, Inglaterra, recebendo Bolsa SWE do CNPq.



A pesquisa tinha como foco avançar no conhecimento arqueológico das populações Jê Meridionais que construíram assentamentos com estruturas semissubterrâneas. O passado dos “engenheiros da terra” (CORTELETTI, 1999, p. 24) foi tratado a partir do estudo de uma área no nordeste do Rio Grande do Sul, pois foi lá que, na segunda metade dos anos 60, os primeiros sítios arqueológicos destas populações foram estudados.

A atualização dos dados destes assentamentos nos liga diretamente ao resultado maior da pesquisa e ao objetivo deste artigo, que é o de alertar para um dos problemas mais sérios que o patrimônio arqueológico nacional vem sofrendo: a degradação dos sítios. É lamentável que o patrimônio, por não ser conhecido, não é valorizado e acaba por ser degradado.

Neste artigo serão tecidas relações entre as situações históricas que mantiveram os sítios preservados ou, na pior das hipóteses, os destruíram. Assim sendo, analisaram-se as distinções entre os traços econômicos e culturais implantados pelos colonizadores europeus de origem lusitana e italiana – desde o século XVIII até o XX – e os resultados no que tange às alterações na paisagem e à preservação dos sítios arqueológicos. Essas interpretações e constatações possibilitaram a criação de um quadro analítico com diferentes tipos de danos gerados aos sítios que, em última instância, estipularam o grau de preservação dos assentamentos.

A Zona de Estudos (ZE)

O estabelecimento da ZE partiu da análise de critérios arqueológicos, ecológicos, humanos e logísticos. A área está situada entre os Rios Caí e das Antas, nos municípios de Caxias do Sul, Flores da Cunha e São Francisco de Paula no nordeste do Rio Grande do Sul.

Essa região corresponde à unidade geomorfológica do Planalto e Chapadas da Bacia do Paraná (ROSS, 1996, p. 53). Nela aparecem espessas sequências de rochas vulcânicas associadas a depósitos sedimentares, a chamada Formação Serra Geral cujas áreas mais conservadas correspondem aos topos regionais nominados como Campos de Cima da Serra. A variação fitogeográfica na ZE revela a distinção de três ambientes em decorrência de fatores geomorfológicos e climáticos. São, portanto, dois ambientes florestais – Mata de Araucária e Floresta Subtropical da Encosta – e um não-florestal – os Campos de Cima da Serra (IBGE, 1990).

Em síntese, na ZE foram catalogados 48 sítios arqueológicos: quarenta e quatro pelos arqueólogos Pedro Ignácio Schmitz e Fernando La Salvia em 1966, e quatro nas prospecções



de 2006. Eles subdividem-se entre as Tradições Itararé-Taquara (com 45 sítios), Tupiguarani (com 02 sítios) e Umbu e Itararé-Taquara (com 01 sítio). Dos 45 sítios da Tradição Itararé-Taquara 37 apresentam estruturas semissubterrâneas, 05 são grutas com sepultamento e 03 são sítios superficiais.

Para facilitar as análises, optou-se por subdividir a ZE em quatro microrregiões – Ana Rech (MRAR), Santa Lúcia (MRSL), Vila Seca (MRVS) e Criúva (MRCV). A definição das microrregiões, a princípio, partiu de critérios arqueológicos como distribuição, concentração e proximidade dos sítios, e critérios ecológicos, como a distinção entre os ambientes de campo, ou mata, ou ainda o ambiente urbanizado (Mapa 01). No decorrer da coleta de dados foi sendo notado que as diferenças ecológicas podiam ser estendidas também às diferenças culturais dos colonizadores da região. A percepção dessas diferenças no tempo e no espaço faz da paisagem um elemento substancial na formação da cultura de um povo (THOMAS, 2001, p. 171).

Durante a realização dos trabalhos de campo, constatou-se que existiam entre os moradores das distintas localidades diferenças de percepção sobre o significado dos sítios arqueológicos. Enquanto em alguns locais a ignorância imperava, noutros acontecia o contrário. Notou-se também que a preservação dos sítios não está diretamente ligada ao conhecimento minucioso da temática arqueológica e etnológica, mas muitas vezes é motivada pela curiosidade e/ou pelo respeito aos ditos populares.

Na ZE existe uma área de relevo com ondulações mais suaves e cobertas por campo salpicado com capões de araucária e outra de relevo mais acidentado coberta por florestas. A primeira foi ocupada basicamente por imigrantes lusos desde meados do século XVIII, já a segunda foi ocupada predominantemente por imigrantes italianos a partir do final do século XIX. Para estabelecer laços entre os modos de produção destes grupos de colonizadores e a conservação dos vestígios arqueológicos, será apresentada uma síntese histórica do processo colonizatório daquela região. A partir disso, poderemos elucidar algumas das circunstâncias que levaram à existência de práticas mais ou menos predatórias.

Os primeiros relatos históricos de que se tem notícia fazem menção à incursão de jesuítas espanhóis na região dos Campos de Cima da Serra no século XVII. Segundo Bruxel (1961:150) no ano de 1634 foi introduzido, na margem esquerda do Rio Uruguai, rebanho bovino destinado às reduções jesuíticas que o lançava nas vacarias do Mar e dos Pinhais. As tarefas administrativas e catequizadoras levaram esses jesuítas a conhecer a chamada região do “Ibia” com o propósito de evitar a passagem de “*mamelucos de Piratininga se viessem por terra assaltar as reduções do Tape*” (PORTO, 1937, p. 64). Carlos Teschauer (1918, p. 349)

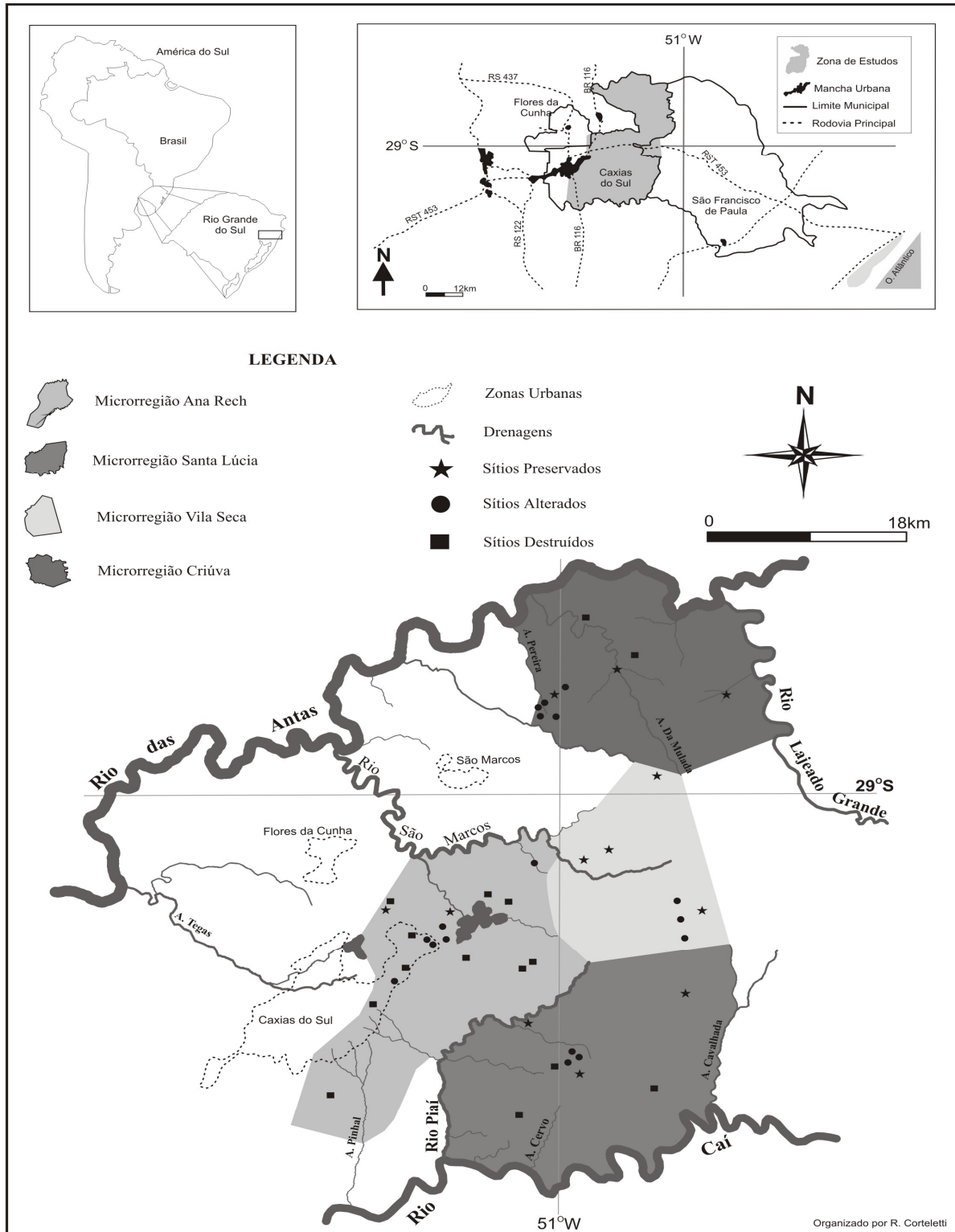


nos leva a crer que o Ibia ficava nas cercanias do atual município de Caxias do Sul, em um local que “*póde então só ser o [rio] Cahy ou o Rio Cadea*”. Aurélio Porto (1937, p. 65), nesse sentido, acrescenta: “*Como vemos Pia-y significa a mesma cousa que Ibia: caminho do rio. É possível que se tenha dado a transformação que converteu Ibia, designação primitiva, talvez oriunda do Tape, em sua forma tipicamente guarani: Pia-y*”. Tal jornada foi finalizada com um ataque mortal dos índios “Caagua”, que habitavam o Ibia¹.

Após essa malfadada incursão, ainda no século XVII, entre os anos de 1636 e 1640, bandeirantes comandados principalmente por Raposo Tavares, vieram em busca de índios na tentativa de escravizá-los e levá-los aos centros canavieiros. Uma das possíveis rotas para estas bandeiras é a do Ibia, que

deu origem a denominação da região porque atravessava a província do Ibiacá, povoada por ibiraiaras e que se limitava ao norte com Laguna ao sul com a província do Tape. (...) No mapa do Paraguai (...) - 1726 - vem indicado (...) um caminho que se pode identificar pelo Ibia. (...) Essa é a estrada das antigas migrações aborígenes, a mesma de entradas de bandeirantes (...) (PORTO, 1937, p. 65).

1 O Rio Piaí é afluente da margem direita do Rio Caí na MRSL (Mapa 01).



Mapa 01: As Microrregiões e a condição de conservação dos sítios arqueológicos.



O Processo Colonizatório

Porém, é durante o século XVIII que a ocupação lusa começa a aumentar na porção nordeste do atual Rio Grande do Sul. A partir do Tratado de Madri foi iniciada a delimitação dos territórios de Espanha e Portugal, o que gerou a Guerra Guaranítica e o desmanche das Missões. Nesse momento o império português preparou o terreno para o povoamento concedendo sesmarias. Em 1772, o açoriano João Francisco Pena vende a Sesmaria Palmeira dos Ilhéus para o casal português André Nunes Porto e Angélica de Andrade, configurando esta como talvez a primeira posse de terras documentada na área da atual Caxias do Sul. Os filhos desse casal venderam uma parcela da Sesmaria da Palmeira dos Ilhéus, surgindo daí três fazendas: em 1790 a Fazenda do Souza e em 1806 a Fazenda dos Ilhéus e a Fazenda do Raposo Tavares. Segundo Osmar Possamai (2005, p. 42-45) a Fazenda do Souza “*hoje englobaria as localidades de Fazenda Souza, parte de Ana Rech e Vila Seca*”; na Fazenda dos Ilhéus “*hoje se encontra todo o município de São Marcos e a (...) Criúva*”; e na Fazenda do Raposo “*hoje existem (...) Vila Oliva e Santa Lúcia do Piaí*”.

Os dados da partilha da Palmeira dos Ilhéus nos trazem para o início do século XIX, em que a presença lusitana nas porções campestres do planalto é nítida. Enquanto isso as áreas florestadas, mais próximas dos vales, se mantêm quase que intocadas. O “*povoamento do Rio Grande do Sul (...) era de fraca densidade, caracterizada por uma população rarefeita, distribuída nas estâncias de criação de gado, nos pequenos povoados do interior e em algumas poucas cidades (...)*” (MACHADO, 2001, p. 38). Em 1850 quando é promulgada a Lei de Terras, com disposições gerais sobre a posse das “*terras devolutas, apareceram na região [da Palmeira dos Ilhéus] 54 moradores, sendo a maioria descendente de açorianos, que seguindo o ritual burocrático da época, registraram a posse dessas propriedades*” nos Autos de Legitimação de Terras. “*Em todos eles há descrição das áreas ocupadas, quem eram os moradores, comprovação da existência de casas, galpões, plantações, pomares, escravos, etc.*”. Destes 54 moradores, 50 registraram a presença de senzalas (POSSAMAI, 2005, p. 39-45).

Não há dúvida de que um dos grandes fatores de atração das populações de origem portuguesa é a possibilidade de se apropriar do gado que no século anterior tinha sido destinado à Vacaria dos Pinhais. Para Guilhermino Cesar (2005, p. 29, 30) as sesmarias “*é que iriam, de fato, propiciar o aparecimento, aquém do Rio Uruguai, da ordem fundiária*



capitalista, baseada inicialmente no latifúndio”. Na região dos Campos de Cima da Serra a característica da ocupação lusa é distinta daquela que ocorre nos campos do sul, já que ela se liga

economicamente muito mais a Santa Catarina, Paraná e São Paulo do que ao Sul da futura Capitania. Desses três pontos vieram estímulos que lhe impulsionaram a economia e que, no concernente aos contatos culturais, muito ajudaram a individualizá-la como região produtora. (...) Conservando um traço de rusticidade que o isolamento inicial explica (...), suas transformações socioeconômicas se operam à margem das guerras de fronteira, tiveram um fluxo constante, ascendente e pacífico. (...) saindo da vacaria, signo do indiviso, do indemarcado, do livre pastoreio, chegou a uma ordem rural que (...) acabou por “incorporá-los” [*os campeadores*] (...) ao regime da propriedade privada (CESAR, 2005, p. 47).

A fisionomia étnica, econômica e política de toda a Sesmaria da Palmeira dos Ilhéus começa a ser alterada no final do século XIX, quando inicia a colonização italiana a Oeste desta região. Em linhas gerais a zona de colonização italiana ficava em áreas descartadas pelos colonizadores de origem portuguesa. Eram áreas morfológicamente acidentadas e florestadas, dessa forma inadequadas à prática do pastoreio. Em 1875, a Comissão de Terras e Colonização fixou a sede administrativa na 5ª. Léguas, onde existia uma grande clareira conhecida como Campo dos Bugres (Mapa 02).

Tudo indica que a origem do “Campo dos Bugres”, como local de permanência indígena, seja imemorial. Sua localização, possibilidade de defesa, esplendidas aguadas e abundância de pinheiro, que forneciam o alimento preferido, faziam com que periodicamente os índios retornassem a ele, e, mais do que isso, nele houvesse mantido, por muitos anos, senão séculos, um cemitério, sinal evidente de que o terreno era sagrado (GARDELIN, 1993, p. 64).

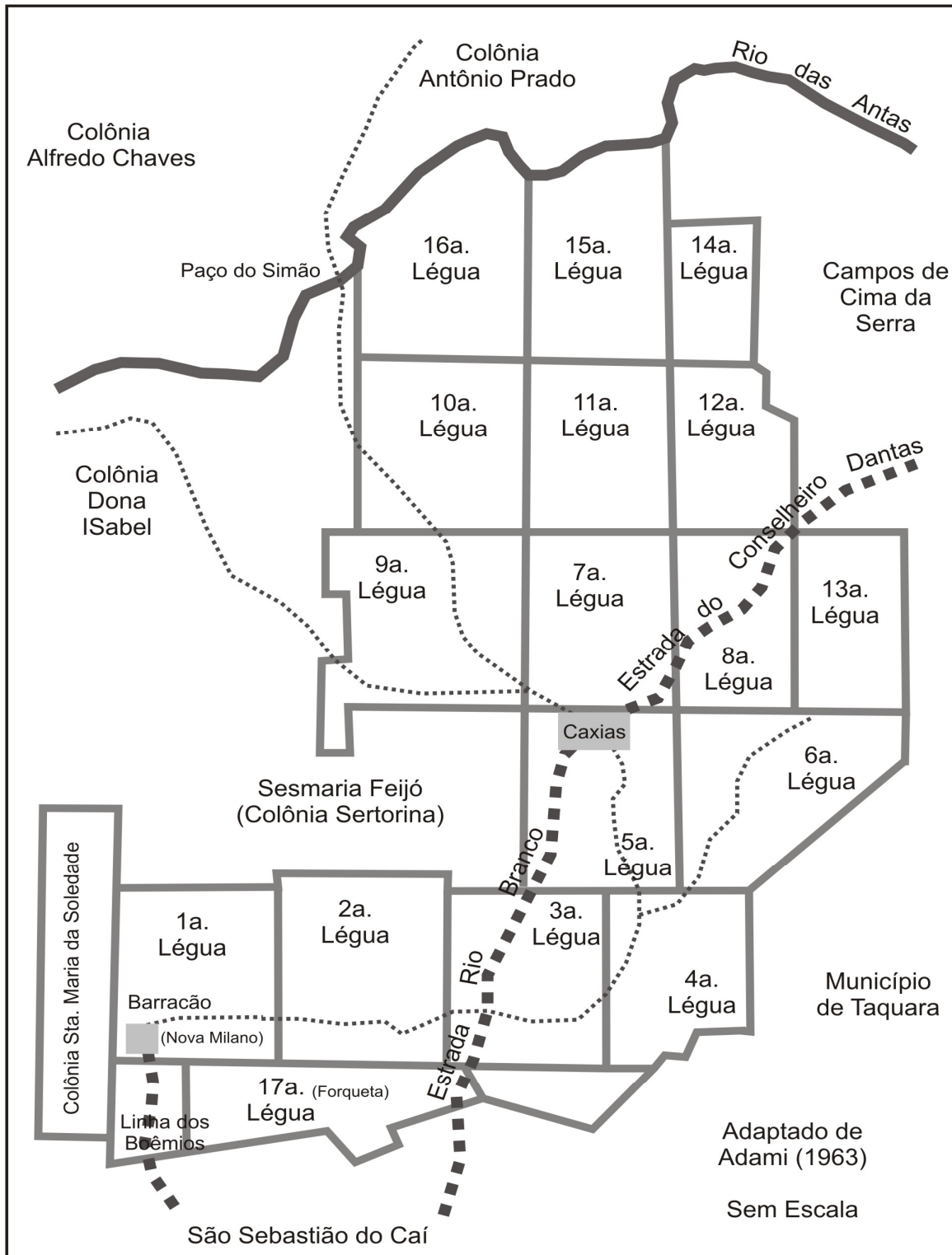
GARDELIN (1993, p. 64) acrescenta, em relação ao cemitério, que “*Carlos Von Koseritz estudou as igaçabas encontradas (...) em 1867. Denotavam grande antiguidade. (...)*” provando a ocupação sistemática do local. Nesse local foram construídos prédios para o almoxarifado, barracões para receber os imigrantes, a primeira Igreja e um cemitério. A sede da colônia passou a ser chamada Sede Dante até que, em 1877, recebeu o nome de Colônia Caxias (MACHADO, 2001, p. 25-47).

Partindo da Sede Dante foi aberta uma picada em direção ao Nordeste até alcançar os Campos de Cima da Serra. Logo a picada tornou-se caminho carroçável, ganhando o nome de Estrada do Conselheiro Dantas (Mapa 02). A abertura desta estrada propiciou um contato maior entre a comunidade de origem lusa dos Campos de Cima e a comunidade de origem italiana, principalmente através das atividades comerciais. O curso desta estrada passava pela



8ª. Légua, no lote de Anna Maria Paoletti Rech. Esta imigrante passou a comercializar diversas mercadorias, chegando ao ponto de muitos tropeiros não irem mais a sede da Colônia Caxias. Com tal movimento acontecendo, outros colonizadores acabaram por fixar residência às margens da estrada, para montar seus próprios negócios (DALL'ALBA *et al.*, 1987, p. 118,119). É dessa forma, sem um planejamento prévio e funcionando como um entreposto comercial, que a vila de Ana Rech surge. Ela passou a ser o elo entre as áreas de mata – com economia agrícola, pequenas propriedades e alta densidade demográfica – e as áreas de campo – com economia pastoril, grandes propriedades e baixa densidade demográfica.

Ao aproximar a zona da mata da região dos campos a Estrada do Conselheiro Dantas fez com que alemães e italianos começassem a chegar à Palmeira dos Ilhéus. “*Por volta de 1880 registramos a presença de alguns alemães, migrantes principalmente de Taquara do Mundo Novo e São Leopoldo. (...) Muitos deles se estabeleceram e casaram com moças descendentes dos açorianos*” (POSSAMAI, 2005, p. 47). Além destes, famílias de descendência alemã e italiana já moravam na vila da Criúva e nas cercanias florestadas em 1905 (GOMES *et al.*, 2005, p. 660,661).



Mapa 02: Demarcação das Léguas na Colônia Caxias.



A imigração começa não só a alterar os sobrenomes das famílias que por ali moraram², mas também a relação fundiária, fazendo com que o latifúndio comece a ceder espaço para as pequenas propriedades. Começa a substituir uma economia predominantemente escravista por uma economia de mão de obra assalariada. Começa a alterar a atividade econômica que esteve intimamente ligada à criação de gado e que nos tempos da colônia estará ligada, primeiramente, à policultura de subsistência e, depois, à extração da madeira, à policultura comercial, às ferrarias, às selarias, às serrarias, aos moinhos, às casas comerciais e tantas outras atividades que surgem junto das pequenas aglomerações urbanas das colônias. Começa a alterar também, o uso dos recursos naturais, na medida em que a exploração intensiva das matas e dos solos protagoniza o desenvolvimento econômico da região. É uma nova realidade imposta pela explosão demográfica: a população da província era de 17.923 habitantes em 1780, passou a 434.813 habitantes em 1872, e chegou a 897.455 habitantes em 1890 (MOREIRA; COSTA, 1995, p. 61,62).

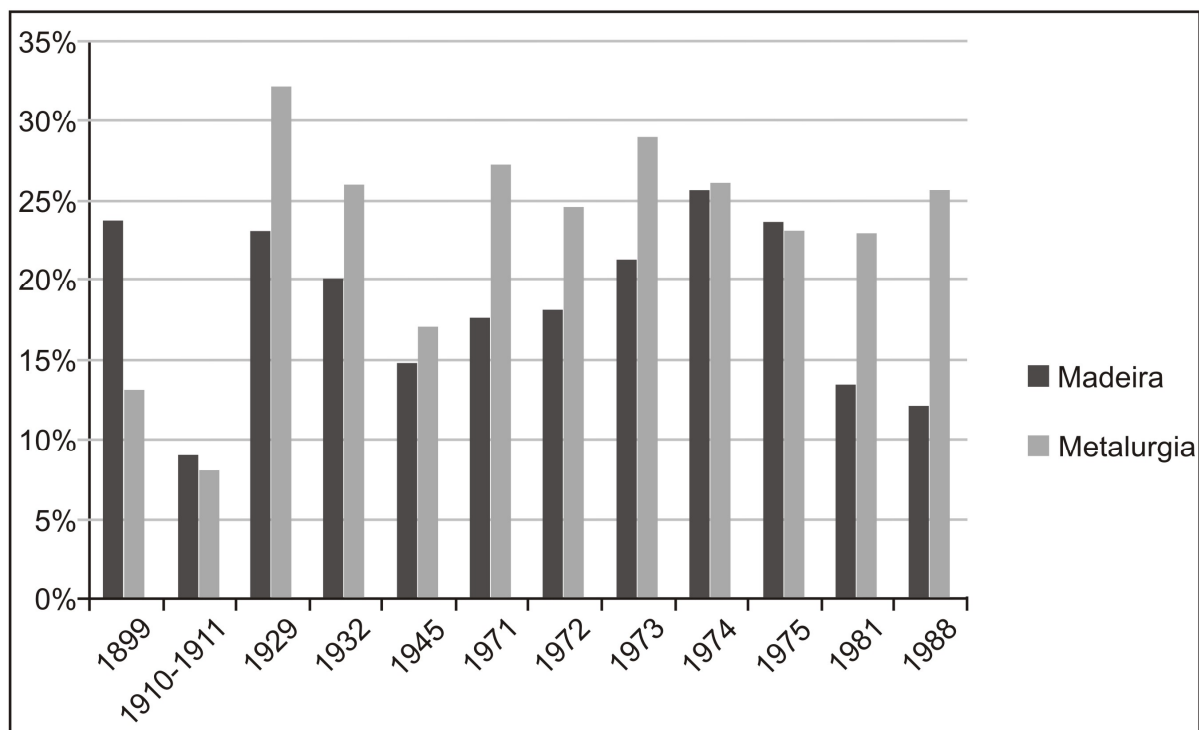
Esse processo colonizatório que se desencadeia tem na madeira um elemento de impulso econômico. De maneira geral, os grandes proprietários de terra começaram a perceber que as terras tinham um valor de troca cada vez maior, além do tradicional valor de uso. O acúmulo de capital originado pelo trabalho dos colonos foi sendo, então, transferido em forma de dinheiro, de maneira crescente, para os fazendeiros e seus corretores imobiliários. A derrubada da mata pelos colonos era necessária para o estabelecimento das práticas agrícolas nessas novas terras que estavam sendo ocupadas. Num primeiro momento se fez um uso familiar dessa madeira, mas a partir do surgimento de serrarias, a venda criou o *“trabalho assalariado, onde colonos, peões, ex-escravos e os ‘nacionais’ foram intensamente utilizados como mão-de-obra criando assim um mundo de trabalho”* (Neves, 2005:190). A madeira passa daí por diante, a cumprir papel importantíssimo já que é usada na construção de cidades que logo depois, no início do século XX, passam a sediar novas indústrias. O extrativismo da madeira gerou uma massa de trabalhadores assalariados que foi muito além da zona rural, chegando às cidades com carpinteiros, marceneiros, pedreiros, vidraceiros, pintores, e até empresas derivadas da explosão da construção civil como as de pregos, ferramentas gerais, fechaduras, dobradiças, vidros, tintas, além dos estabelecimentos de

2 Para a zona urbana da Colônia Caxias entre 1876 e 1883, Machado (2001: 79) cita 173 italianos proprietários de lotes (87%), 22 proprietários lusos (11%) e 03 proprietários de outras etnias (2%). Para a porção da Palmeira dos Ilhéus em que foi instalada a Colônia São Marcos – hoje município de São Marcos – Giron (2005: 48-49) apresenta que entre 1885 e 1896 os italianos somavam 41,27%; os poloneses 39,21%; os nacionais – descendentes de lusos, negros, índios – 19,30%; os franceses 0,20% de um total de 487 colonos.



exportação da madeira (NEVES, 2005, p. 191). Portanto, a circulação desta mercadoria, iniciada por carretas logo nos primeiros anos das colônias, consolidada pelo trem e continuada durante décadas pelo caminhão, das zonas de extração para os entrepostos regionais ou diretamente para a exportação são somadas a esses movimentos de capital, que têm papel decisivo na formação do mercado interno e do desenvolvimento capitalista.

Gráfico 01: Empreendimentos industriais em Caxias do Sul



Elaborado a partir de Brugalli (1982, 1988), Giron (1977) e Machado (2001).

A observação do Gráfico 01 fornece subsídios para compreendermos a importância do extrativismo da madeira para o crescimento econômico da região durante os anos iniciais da colonização. Com exceção dos dados de 1910/1911³ percebemos uma queda gradual e constante no número de empreendimentos desde 1899 até o relatório de 1945. Nesse período inicial do século XX os dados estatísticos do município revelam a afirmação e consolidação da atividade metalúrgica que se estende até hoje, em detrimento das outras.

Porém, na segunda metade do século XX, correndo em paralelo à metalurgia e a metal-mecânica, a indústria da madeira volta a revelar um crescimento no número de

3 Os dados de 1910/1911 podem ter omitido uma série de pequenos empreendimentos contabilizados tanto em 1899 como em 1929, já que nestes relatórios os números são muito semelhantes.



estabelecimentos, especialmente na primeira metade da década de 1970, quando o número de empresas chega ao *record*, em 1974, de 25,53% dos empreendimentos instalados no município, enquanto que a metalurgia apresentava 25,98% (GIRON, 1977, p. 77). Exatamente na década posterior ao mapeamento e registro dos sítios arqueológicos aqui analisados se dá um novo *boom* madeireiro na região, o que provavelmente auxiliou em muito na degradação de vários deles.

A partir dos anos 70, com a afirmação e expansão da indústria metalúrgica consolidou-se o perfil econômico de Caxias do Sul desencadeando uma expansão urbana mais rápida do que fora até então. Os dados do IBGE apontam, para 1970, a população urbana somando 78,6% dos habitantes e em 2000 chegando a 92,5% (ATLAS IDH 2000, 2003). Em síntese, a urbanização acelerada e o crescimento demográfico – incentivados pela consolidação da indústria e das atividades comerciais – contribuíram para criar as condições que levaram à alteração da paisagem, e por tabela à degradação dos sítios arqueológicos, principalmente os mais próximos da atual zona urbana da cidade.

Não é o objetivo esgotar a historiografia da região de Caxias do Sul, mas sim, criar noções que nos façam perceber os diferentes graus de intervenção a que os sítios arqueológicos foram expostos. Desde os primórdios da colonização, as áreas mais próximas ao núcleo inicial, a chamada Sede Dante, vêm sendo palco da expansão do tecido urbano e de todas as atividades econômicas que ali se desenvolvem. Indústrias, novos bairros e ampliação dos primeiros, mais indústrias, novas avenidas e rodovias, mais e mais infraestrutura criada para atender as necessidades deste aglomerado urbano, que saltou de 144 mil habitantes em 1970 – apenas quatro anos após o registro dos primeiros sítios arqueológicos – para mais de 400 mil em 2005 – um ano antes da realização desse estudo.

Em se tratando do tema deste estudo, percebe-se na área imediatamente a Leste da antiga Sede Dante, a Microrregião Ana Rech (MRAR), como a que apresenta a mais preocupante taxa de conservação dos sítios e a que tem um crescimento urbano industrial mais acentuado após a época do mapeamento dos sítios, em especial pela consolidação da rodovia BR116 e pela criação de vários bairros no seu entorno. Nas outras porções analisadas – a Microrregião Santa Lúcia (MRSL), a Microrregião Vila Seca (MRVS) e a Microrregião Criúva (MRCV) – que em boa parte conservam as características econômicas iniciais do processo colonizatório, vemos índices maiores de preservação dos sítios em estudo, apesar das peculiaridades de cada uma. Portanto, esse relato histórico tem por objetivo alicerçar o



debate em torno dos motivos da degradação, para que não caiamos num vazio de constatações despreocupadas ou desligadas do contexto que as propiciou.

A Conservação dos Sítios

Ao iniciar o trabalho de campo na busca por todos esses sítios não fazia ideia do que e de como eu iria encontrar tais sítios e, até mesmo, se iria encontrá-los. Infelizmente o saldo que apresento é preocupante. Muitos dos sítios estão completamente destruídos. Alguns deles, inclusive, não chegaram a ser localizados, pela carência de informações no registro associada à completa mudança da paisagem em que eles estariam inseridos. Apesar da realidade constatada não ter sido a desejada, estamos certos de que a exposição dessa realidade já é por si só relevante.

Alguns Conceitos

Por conservação dos sítios é compreendido o ato de preservar, de manter no estado original e de fazer durar as condições em que o sítio arqueológico em questão foi vislumbrado no momento do registro. Por destruição dos sítios é compreendido, então, o ato de demolir, o ato de fazer desaparecer as características inicialmente anotadas, sejam elas de caráter arqueológico ou ecológico.

Consciente de que nas Fichas de Registro de Sítios Arqueológicos (FRSA, 1966) constavam poucas informações como, por exemplo, as condições do entorno em que os sítios estão inseridos, seguimos uma linha de pensamento do que é estar conservado ou destruído, a partir dos danos causados aos sítios arqueológicos, por fatores de ordem natural e, principalmente, por fatores antrópicos. Foram então criadas as categorias de “Dano Natural” e “Dano Antrópico”.

O Dano Natural (DN) é toda a ação causada por forças da natureza (SCHIFFER, 1987), como a erosão pluvial que gera, por exemplo, o entulhamento por sedimentos das estruturas semissubterrâneas; como o intemperismo químico que leva ao deslocamento de lamelas de basalto em grutas ou abrigos; do intemperismo biológico, no momento em que as raízes das árvores ou animais cavando perturbam camadas arqueológicas; entre outras.

Já o Dano Antrópico (DA) é mais intenso e mais perigoso, sendo visualizado em toda e qualquer interferência que seja produzida na paisagem pela ação humana, desde a realização



de cultivos, passando pelo pisoteio do gado na pecuária, pelo desmatamento e chegando até mesmo ao construir da cidade. Pensando nisso, foi criado um quadro dos tipos de DA a que os sítios foram expostos com quatro categorias distintas, relatadas na sequência:

DA1. Corresponde ao entulhamento e/ou depredação de estruturas semissubterrâneas por meio de atividades primárias como a agricultura, a fruticultura, a silvicultura ou a atividade pecuarista.

DA2. Abarca as estruturas semissubterrâneas que atualmente funcionam como lixeiras.

DA3. Engloba as estruturas semissubterrâneas e/ou sítios arqueológicos que foram destruídos com o objetivo de criar infraestrutura como arruamento, casario, fábricas, barragens, rodovias, etc., seja em ambiente rural ou urbano.

DA4. Contempla as perturbações em grutas com sepultamento, como a utilização destas como área de acampamento, ou balneário, ou como local de culto.

Como essa categorização analisa os sítios e as suas estruturas, poderão aparecer em alguns sítios mais de uma categoria de dano, o que revela os vários tipos de intervenção a que esse assentamento foi exposto. Na Tabela 01 é apresentado um resumo da condição dos sítios perante as categorias de DA. A categoria DA1 contempla 23 sítios, ou seja, 47,9% dos sítios em análise sofreram algum tipo de dano relacionado às atividades agropecuárias. A categoria DA2 contempla 04 sítios, isto é, 8,4 % dos sítios de “casas subterrâneas” têm pelo menos uma de suas estruturas sendo utilizada atualmente como depósito de dejetos, seja ele de origem doméstica ou não. A categoria DA3 contempla 12 sítios, ou seja, 25 % dos sítios foi alvo do crescimento da infraestrutura criada para e pela população. A categoria DA4, por sua vez, contempla 02 sítios, o que significa dizer que 40% das grutas com sepultamento em análise foram alteradas pela ação humana.

A maior concentração de DA relacionada a atividades agropecuárias pode ser resultado do processo de adensamento demográfico. Os sítios arqueológicos, então, são primeiramente alvo das atividades agropastoris e do extrativismo, para só depois, se resistirem a essa primeira leva de DA, serem atingidos pelos DA do crescimento urbano.



Apesar do percentual de sítios atingidos pelos DA rurais ser bastante expressivo é perceptível que na maioria das vezes eles são parciais, não apagando completamente os vestígios arqueológicos. Entre estes sítios são os superficiais que acabam por sofrer danos mais profundos, já que nenhum dos seis mapeados na ZE foi encontrado em condições para realização de qualquer análise arqueológica.

Já os sítios que são atingidos por DA relacionados às atividades de aumento da infraestrutura em sua grande maioria desaparecem, pois em meio ao crescimento do tecido urbano os DA são irreversíveis. Poucos são os casos de sítios com DA parcial dentro da cidade. A categoria DA3 é sem dúvida a mais letal para com o patrimônio arqueológico, já que o poder de alteração da paisagem é de longe o maior.

Em síntese, os sítios arqueológicos que simplesmente sofreram a ação do tempo, em que visualizamos apenas DN, são considerados como “**Sítios Preservados**”. Enquanto os sítios que sofreram DA parcial tal como a destruição total ou, em menor grau, o entulhamento de uma entre várias estruturas semissubterrâneas de um assentamento, passaram a ser entendidos como “**Sítios Alterados**”, já que algumas de suas condições permanecem como na época de registro. Por sua vez, os sítios em que o DA foi tal, que não pode ser verificada atualmente nenhuma de suas características originais, são considerados como “**Sítios Destruídos**” (Fotos 1, 2 e 3). Sendo assim, verificamos três estágios distintos de conservação de sítios:

- Os Sítios Preservados (SP), que correspondem a 23 % da totalidade – 11 sítios,
- Os Sítios Alterados (SA), que correspondem a 37,5 % do total – 18 sítios, e
- Os Sítios Destruídos (SD), que somam 39,5 % dos 48 aqui analisados – 19 sítios.



Tabela 01: Tipos de DA e condição de conservação dos sítios

Microrregião	Sítio	DA1	DA2	DA3	DA4	SP	SA	SD
ANA RECH	RS 66/104			X				X
	RS 103			X				X
	RS 133			X				X
	RS 65/132	X					X	
	RS 64/101/102	X	X				X	
	Anete	X					X	
	RS 108			X				X
	RS 70	X					X	
	RS 105			X				X
	RS 106			X				X
	Das Flechas	X		X			X	
	RS 67				X		X	
	RS 69/119			X				X
	RS 68/120	X						X
	RS 121					X		
	RS 71/116	X						X
	RS 72/115					X		
	RS 131	X						X
	RS 134	X						X
	RS 122	X						X
RS 107			X				X	
RS 129	X						X	
SANTA LÚCIA	RS 34/125	X						X
	RS 38/126	X					X	
	RS 37/127			X			X	
	RS 39					X		
	RS 128	X					X	
	RS 130					X		
	RS 36	X						X
	RS 32/123					X		
RS 35	X						X	
VILA SECA	RS 33	X					X	
	RS 62			X			X	
	RS 63					X		
	Da Rosa		X				X	
	RS 40					X		
	RS 41					X		
	Scaim					X		
CRIÚVA	RS 73/117	X						X
	RS 74					X		
	RS 75	X	X				X	
	RS 76					X		
	RS 77			X			X	
	RS 78	X					X	
	RS 79/A49				X		X	
	RS 80	X	X				X	
	RS 124					X		
RS 118	X						X	



Foto: Rafael Corteletti



Foto: Leandro A. Pinho



Foto: Jacson M. Cordeiro

- 1 - SD RS103CXS na MRAR, atual estacionamento de transportadora.
- 2 - SA Da Rosa na MRVS, atualmente usado como lixeira doméstica.
- 3 - SP RS124CXS na MRCV, ainda com ossos e cerâmica em seu interior.

Colonização e Conservação: as constatações

Ao analisarmos a distribuição dos SP, SA e SD por Microrregião, podemos alicerçar ainda mais a ideia de que os DA causados por atividades agropastoris e pelo extrativismo são mais leves em comparação aos DA causados pelas atividades urbanas. E dentro disso as atividades agrícolas, pela necessidade de movimentação do solo, acabam por ser mais agressivas aos sítios do que o extrativismo da madeira e o pastoreio.

O Gráfico 02 ilustra a distribuição e o grau de conservação dos sítios por Microrregião. Nele podemos verificar que a MRAR é a que concentra o maior número de SD e sabemos, em função do já exposto, que ela é a mais urbana das microrregiões. Já a MRVS não tem nenhum SD talvez pelo fato de que, ao estar implantada na área dos Campos de Cima, exerça mais a atividade pecuarista do que a agrícola. Nas MRSL e MRCV o ambiente de implantação é semelhante e as proporções de preservação/destruição também – percebe-se



que na MRCV, há um número maior de sítios em melhor estado de conservação, somando SP e SA.

A MRSL é assentada na produção agrícola e seus habitantes são, em sua grande maioria, descendentes de italianos que trabalham a terra. Já na MRCV o elemento econômico primordial é a criação de animais. Nas áreas campestres, em que o descendente luso é predominante, há a criação extensiva de bovinos e por vezes até mesmo de ovinos. Nas áreas que eram florestadas e foram ocupadas pelo descendente italiano aparecem algumas plantações e muitas criações de frango. Essa distinção entre elemento étnico, tipo de atividade econômica e a conseqüente interferência numa distinta paisagem pode nos ajudar a elucidar mais a problemática da conservação dos sítios arqueológicos em questão.

Utilizando os dados de conservação das estruturas subterrâneas podemos, novamente, pensar na possibilidade de que o sujeito colonizador e o seu modelo econômico são elementos cruciais para estabelecer ou não a preservação do patrimônio arqueológico. Na MRCV 93,1% das estruturas está preservada. Na MRVS, apesar de existir três SA, 100% das estruturas ainda estão lá. Já na MRSL visualizamos 87,2% preservadas e na urbana MRAR apenas 40,8% das estruturas resiste (Gráfico 03). Sintetizando, nos sítios com “casas subterrâneas” foram registradas 190 destas estruturas e é importante ressaltar que 35 delas foram identificadas pela primeira vez no ano de 2006, nos sítios já registrados ou nos “novos”, e que atualmente 136 encontram-se preservadas e 54 foram destruídas.



Gráfico 02: Dados gerais de conservação dos Sítios

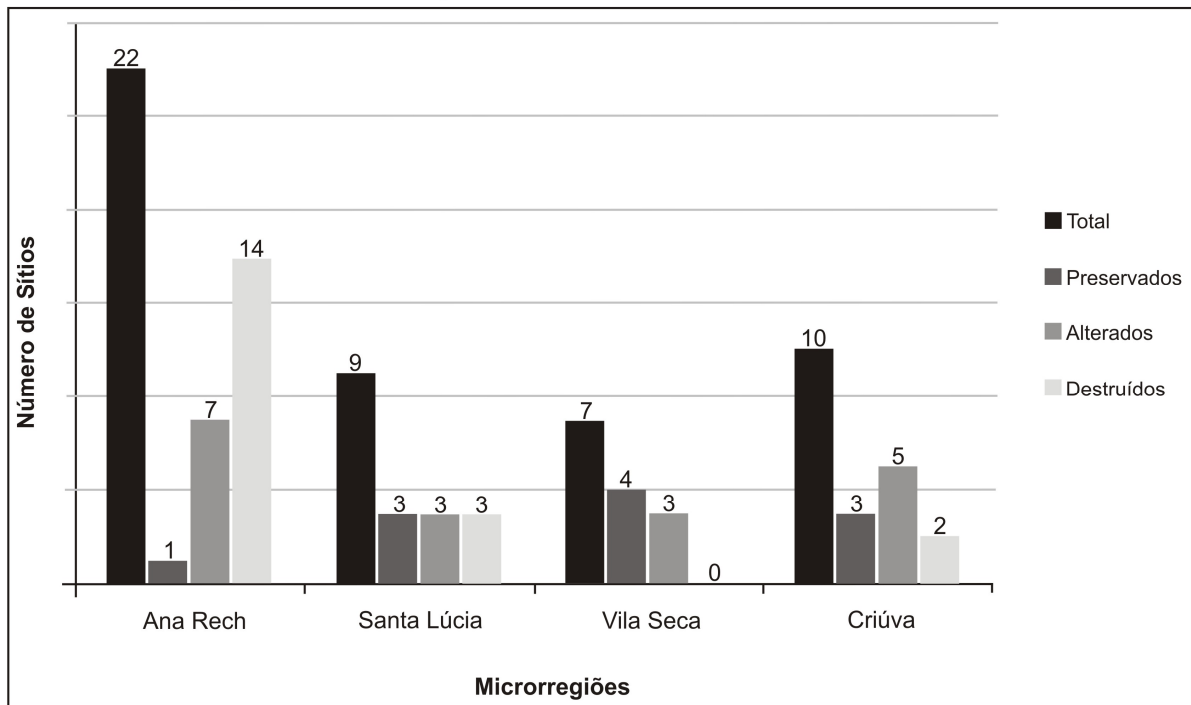
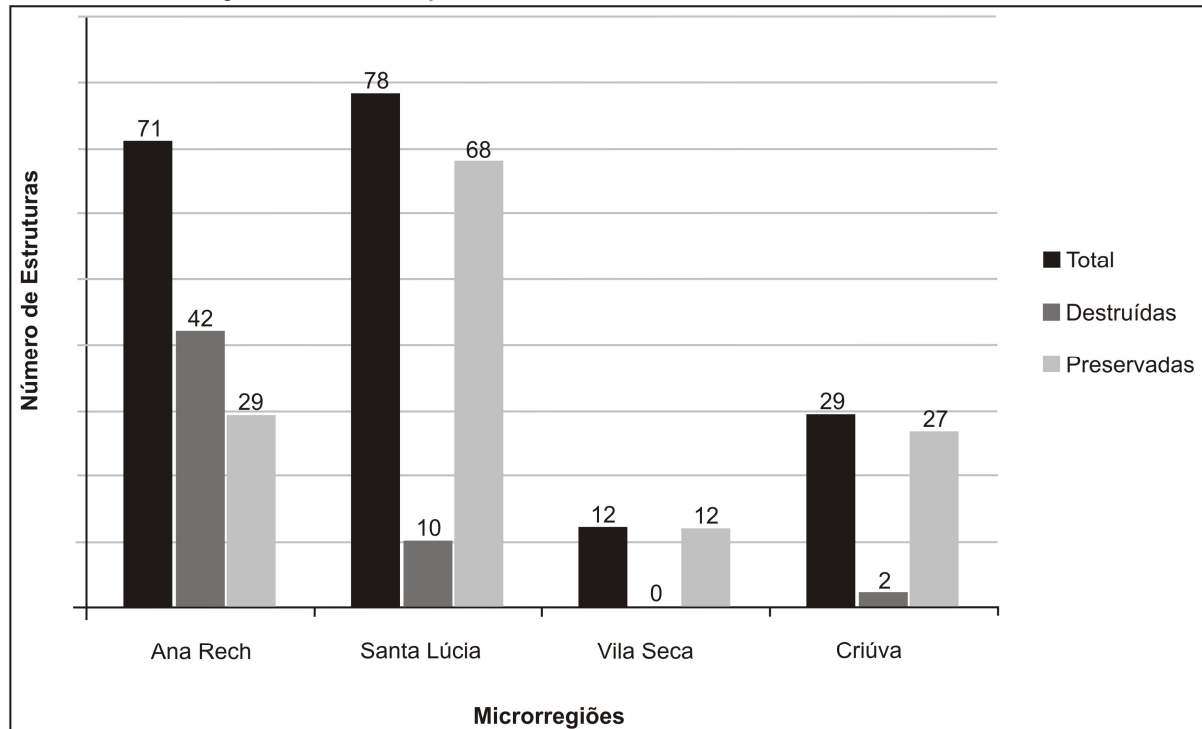


Gráfico 03: Dados gerais de conservação das Estruturas





Em artigo publicado em 1968, La Salvia já denunciava à comunidade científica as agressões que os sítios estavam sofrendo e que poderiam impedir a possibilidade de estudos mais aprofundados.

Um dos maiores trabalhos que viemos enfrentando é a intensa ocupação humana da área, e a destruição dos sítios, quer entulhando as casas, quer pelo trabalho intensivo da agricultura, exterminando os locais de estacionamento dos grupos indígenas. Como ocorre no distrito de Ana Rech (Caxias do Sul) (...), aonde somente pálidas cicatrizes, restaram sendo quase impossível qualquer trabalho de maior alcance. A derrubada contínua de zonas florestais, para o aumento das áreas de cultivo, vem exterminando os sítios ainda intactos (LA SALVIA, 1968, p. 104-105).

A ocupação europeia do planalto aconteceu primeiramente (em meados do século XVIII) por populações de origem lusa, que receberam sesmarias e instalaram-se predominantemente nas áreas de campo, onde a atividade econômica primordial foi, e em muitos casos continua sendo, a criação de bovinos e equinos. Sabendo que as áreas campestres não coincidem com o local de implantação majoritário dos assentamentos de casas subterrâneas (CORTELETTI, 2006, 2008), e que as raízes da colonização das MRVS, MRCV e MRSL são lusas, podemos inferir que o uso dos recursos naturais e o modelo econômico praticado pelos sesmeiros e seus descendentes não é fator de perigo extremo para a manutenção dos sítios arqueológicos.

No segundo momento da ocupação europeia do planalto (em fins do século XIX), quando chegam os colonizadores italianos povoando as encostas florestadas em pequenas propriedades repartidas pelo Governo Imperial, a relação com o meio ambiente é alterada. A derrubada da mata para a instalação das colônias, o extrativismo da madeira, o uso intensivo do solo na prática agrícola, o aumento da densidade demográfica fez com que os sítios arqueológicos se tornassem alvos de destruição. A instalação dos colonos e seu modelo de sustentabilidade acaba por condenar a maioria dos sítios à destruição, já que a maioria dos assentamentos ficam nas áreas cobertas por florestas (CORTELETTI, 2006, 2008).

Pensando a proporção de sítios em relação ao grupo colonizador predominante, na ZE visualizamos 23% (somando 11) deles em glebas de terras destinadas aos lusitanos e descendentes e 77% (somando 37) em áreas ocupadas por italianos e descendentes. Dos sítios encontrados em propriedades de descendentes de italianos 19% são SP, 35% são SA e 46% são SD. Por sua vez, dos sítios colocados em áreas ocupadas por descendentes de lusos 36% são SP, 46% são SA e 18% são SD. Não é a intenção, de um ponto de vista étnico, condenar ou isentar de culpa quem quer que seja, mas sim, tentar estabelecer relações entre o modelo



produtivo adotado por cada grupo colonizador e todas as implicações decorrentes deste processo histórico como o impulsionador de todos os fatores de degradação dos sítios da ZE.

Conclusão

As informações fornecidas sobre a conservação nos revelam que a destruição dos sítios arqueológicos é um grande problema. Constatar que na ZE, 39,5% deles já foram destruídos e que outros 37,5% encontram-se ameaçados nos leva a refletir sobre os porquês da não preservação. Em suma, muitos dos casos de destruição estão intimamente ligados a falta de conhecimento do tema; outros estão diretamente ligados às necessidades que os grupos de colonizadores e seus descendentes tinham e continuam tendo de fazer uso dos recursos naturais, para lograr sua própria sobrevivência; e, ainda, outros sítios foram alvo do crescimento econômico descomprometido com o respeito ao patrimônio cultural da nação.

Um ponto relevante dessas constatações a respeito da conservação e dos motivos da destruição do patrimônio arqueológico é o de que podemos usar esses dados empíricos como um modelo para supor possíveis impactos que grandes empreendimentos de infraestrutura nesse Brasil de crescimento acelerado – como uma rodovia, por exemplo – podem gerar ao longo das décadas nas áreas adjacentes. Foi no entorno dos caminhos carroçáveis que se transformaram em estradas e depois em rodovias, que percebemos os maiores índices de destruição na ZE.

Infelizmente, se sítios arqueológicos continuarem sendo vistos como um estorvo para atividades produtivas a tendência é que eles continuem desaparecendo sem ser produzido conhecimento suficiente sobre eles. Dessa forma é importante ter ciência que, se desejarmos conservar e pesquisar esse patrimônio devemos atrelá-lo de uma forma ou de outra a possibilidades de crescimento econômico para as comunidades que vivem no entorno dos sítios arqueológicos. É evidente que essa não é a única alternativa, mas o estabelecimento de políticas estatais de preservação não é, nesse momento, suficiente para conter o avanço da degradação. A possibilidade de fazer com que as próprias comunidades “vistam a camiseta” da preservação, a partir de ações sócio-educativas e da valorização financeira destes bens culturais na busca pela sustentabilidade econômica, pode fazer com que esta realidade mude.

Uma alternativa é trilhar os mesmos passos do preservacionismo ambiental. Dessa forma, a criação e manutenção de parques arqueológicos e museus poderiam contar com o patrocínio de instituições privadas. As empresas financiadoras poderiam, inclusive, usar essa



atitude como estratégia de concorrência já que estariam sendo atestados a conformidade ambiental e cultural, as tecnologias e os sistemas de gestão (CAMARGO, 2004, p. 187). As pessoas se sentem bem consumindo produtos de empresas que preservam a natureza, então porque não consumir de quem preserva o patrimônio arqueológico?

Outra alternativa é o aproveitamento turístico desse patrimônio. Para Veloso & Cavalcanti (2007, p. 157) “*o uso do patrimônio arqueológico com finalidades turísticas ainda é incipiente (no Brasil) se comparado a outros países*”, mas “*o turismo arqueológico pode ser um instrumento de revitalização do patrimônio arqueológico através de mecanismos de proteção, conservação e divulgação*”. O turismo em sítios arqueológicos, quando organizado de forma sustentável, além de preservar o objeto de visitaç o pode ser visto como uma alternativa preservacionista que deve ser levada em conta sempre que necessário, pois é fonte permanente de renda, de emprego e de envolvimento das comunidades (BASTOS, 2002). Nesse sentido já existe um projeto de desenvolvimento sustentável sem a participação governamental envolvendo ações sócio-educativas e turismo arqueológico na Cri ua (CORTELETTI, 2009). Num acordo entre uma agência de turismo receptivo – Cri ua Operadora de Turismo Receptivo – e os proprietários de uma fazenda são realizadas visitas guiadas ao sítio RS77CXS. Os guias receberam curso de formação e estão aptos a falar sobre arqueologia e etno-história dos grupos Jê e conservação do patrimônio. A oferta desse “produto” para as escolas tem causado um impacto positivo entre os alunos e principalmente entre os professores que, em sua maioria, desconheciam a existência de tal patrimônio e ficaram impressionados com o que viram.

Alternativas existem, ideias também. O patrimônio arqueológico apesar de muito degradado em algumas regiões, ainda resiste e pode nos propiciar ótimos testemunhos de povos ancestrais. Basta trabalhar, pesquisar, produzir conhecimento e levá-lo às pessoas. Pessoas comuns, que de fato irão preservar ou não esse patrimônio. Afinal, só respeitamos e preservamos aquilo que conhecemos e admiramos.

REFERÊNCIAS

- ADAMI, J. S. **História de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: São Miguel, 1963.
- ATLAS IDH 2000. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Versão 1.0.0. software 2003. Dados PNUD 2003. IBGE.



- BASTOS, R. L. **Patrimônio, Arqueologia, Preservação e Representações Sociais: uma proposta para o país através da análise da situação do litoral sul de Santa Catarina.** Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.
- BRUGALLI, A. M. **Caxias do Sul – Dados e Números.** Caxias do Sul: CIC, 1982. 170p.
- BRUGALLI, A. M. **Caxias Grande do Sul – Dados e números do 1.º pólo econômico do interior do Rio Grande.** Caxias do Sul: De Zorzi S.A., 1988. 184p.
- BRUXEL, A. O gado na Antiga Banda Oriental do Uruguai. – Parte 2. **Pesquisas, História.** IAP/UNISINOS, São Leopoldo, (14) p. 113-121. 1961.
- CAMARGO, R. A. L. A Tutela do Patrimônio Arqueológico e o Direito Econômico. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul,** Porto Alegre, (28) 59 p. 177-198. 2004.
- CESAR, G. **Origens da Economia Gaúcha (o boi e o poder).** Porto Alegre: IEL; Corag. 2005. 220p.
- CORTELETTI, R. Uma Arqueologia dos Engenheiros da Terra. **Revista do CEPA.** Santa Cruz do Sul, UNISC, (23) 29:24. 1999.
- CORTELETTI, R. **Casas subterrâneas em Caxias do Sul: conservação, distribuição e implantação.** Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006. 180p.
- CORTELETTI, R. **Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul.** Porto Alegre: Nova Prova, 2008. 200p.
- CORTELETTI, R. O turismo e a conservação do patrimônio arqueológico – a experiência de Caxias do Sul, RS. **Anais do XV Congresso da SAB.** Belém. 2009.
- DALL'ALBA, J. L. *et al.* **História do Povo de Ana Rech – Volume II – Distrito.** Caxias do Sul: EDUCS, 1987. 212p.
- FRSA. **Fichas de Registro dos Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul.** Arquivo do Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS. 1966.
- GARDELIN, M. A Origem do Campo dos Bugres. In: **Colônia Caxias: Origens.** Porto Alegre: EST, 1993. p.64-67.
- GIRON, L. S. **Caxias do Sul: Evolução Histórica.** Porto Alegre: UCS; EST. 1977. 100p.
- GIRON, L. S. Trilhas da Liberdade – O Processo de Emancipação de São Marcos. In: **Raízes de São Marcos e Criúva.** Porto Alegre: EST, 2005. p.48-55.
- GOMES, J. R. K. *et al.* Criúva: história, etnias e manifestações populares. In: **Raízes de São Marcos e Criúva.** Porto Alegre: EST, 2005. p.657-661.
- IBGE. **Geografia do Brasil – Região Sul.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 420pp.
- LA SALVIA, F. Resumos das Pesquisas Arqueológicas no Planalto – Rio Grande do Sul. **Pesquisas, Antropologia.** IAP/UNISINOS. São Leopoldo, 18:101-113. 1968
- MACHADO, M. A. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul – 1875/1950.** Caxias do Sul: Maneco, 2001. 334p.
- MOREIRA, I.; COSTA, R. H. **Espaço & Sociedade no Rio Grande do Sul.** 4.ª. ed. Série Revisão 10. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. 110p.



NEVES, G. R. A “Revolução” da Madeira. Notas de Pesquisa. In: **Raízes de São Marcos e Criúva**. Porto Alegre: EST, 2005. p.187-199.

PORTO, A. **Terra Farroupilha. Formação do Rio Grande do Sul**. Parte Histórica, Volume Comemorativo ao Segundo Centenário da Fundação do Rio Grande do Sul (1737-1937). Porto Alegre: s/e, 1937. 280p.

POSSAMAI, O. J. Formação étnica de São Marcos e das comunidades circunvizinhas. In: **Raízes de São Marcos e Criúva**. Porto Alegre: EST, 2005. p.38-48.

ROSS, J. L. S. Os Fundamentos da Geografia da Natureza. In: ROSS, J.L.S. (Org.), **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996. p.13-66.

SCHIFFER, M. B. **Formation processes of the archaeological record**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987. 428 p.

TESCHAUER, C. **Historia do Rio Grande do Sul dos dous primeiros seculos. Volume I**. Porto Alegre: Selbach, 1918. 400p.

THOMAS, J. Archaeologies of Place and Landscape. In: HODDER, I. (Org.) **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2001. p.165-186.

VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, 20:155-168. 2007.

Recebido em Dezembro de 2011
Aprovado em Janeiro de 2012